



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subcomissão Especial Rio+20  
Frente Parlamentar Ambientalista

Ciclo de Palestras e Debates  
para a **RIO+20**

**BIOMAS**

Brasília – 2012

**Mesa da Câmara dos Deputados**  
54ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**Presidente:** Marco Maia

**1ª Vice-Presidente:** Rose de Freitas

**2º Vice-Presidente:** Eduardo da Fonte

**1º Secretário:** Eduardo Gomes

**2º Secretário:** Jorge Tadeu Mudalen

**3º Secretário:** Inocêncio Oliveira

**4º Secretário:** Júlio Delgado

**Suplentes de Secretários**

**1º Suplente:** Geraldo Resende

**2º Suplente:** Manato

**3º Suplente:** Carlos Eduardo Cadoca

**4º Suplente:** Sérgio Moraes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subcomissão Especial Rio+20  
Frente Parlamentar Ambientalista

## **Ciclo de Palestras e Debates para a Rio +20 em Busca de uma Economia Sustentável**

# **BIOMAS**

Conferência das Nações Unidas sobre  
Desenvolvimento Sustentável – Rio+20





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES  
DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (RIO+20)**

**Presidente: Deputado SARNEY FILHO**  
**Vice-Presidente: Deputado MÁRCIO MACÊDO**  
**Relator: Deputado RICARDO TRIPOLI**

**TITULARES**



Sarney Filho  
PV/MA



Márcio Macêdo  
PT/SE



Leonardo Monteiro  
PT/MG



Ricardo Tripoli  
PSDB/SP



Giovanni Cherini  
PDT/RS



Fernando Jordão  
PMDB/RJ



Valdir Colatto  
PMDB/SC



Rebecca Garcia  
PP/AM



Filipe Bornier  
PSD/RJ



Givaldo Carimbão  
PSB/AL

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES  
DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (RIO +20)**

**SUPLENTES**



**Fernando Ferro**  
PT/PE



**Marina Santanna**  
PT/GO



**Antônio Roberto**  
PV/MG



**Antonio Carlos Mendes  
Thame (PSDB/SP)**



**Bernardo Santana de  
Vasconcellos (PR/MG)**



**Miro Teixeira**  
PDT/RJ



**Augusto Carvalho**  
PPS/DF

## PREFÁCIO

Com grande contentamento apresento aos leitores esta publicação que resume a participação de brasileiros, nas cinco regiões do País, comprometidos com uma das causas mais relevantes da agenda internacional, que é o alcance da sustentabilidade ambiental e social das ações humanas.

Todos nós estamos sentindo, em nosso cotidiano, os efeitos perversos do mau uso que nossa civilização tem feito dos recursos naturais e dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.

Corrigir o curso da economia, tendo em vista menor impacto sobre o ambiente e mais justiça no usufruto das benesses do crescimento econômico, é objetivo do mais alto relevo a ser debatido na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Rio+20.

Como tornar viável o entendimento entre os diversos países a respeito de suas contribuições para que essa nova economia gane escala e se sustente no ambiente de enorme interdependência comercial que hoje vivemos, é outro desafio colocado para a Conferência.

A Câmara dos Deputados não poderia furtar-se a participar de evento de tamanha envergadura e mais que isso, a colaborar com o debate da forma mais democrática possível, ou seja, reunindo numa publicação as diversas posições e os alertas de cientistas, dirigentes, parlamentares e sociedade civil de todas as regiões do País sobre os problemas ambientais mais prementes dos biomas em que vivem.

O tema ambiental tem estado em constante debate nos fóruns desta Casa que, além de acolhê-lo como conteúdo formulador de necessárias políticas públicas, o incorporou em seu cotidiano institucional.

Desde 2003, temos em funcionamento e em constante expansão as ações do Comitê de Gestão Ambiental – Eco Câmara, visando a incorporação da sustentabilidade nas atividades administrativas

e operacionais da Casa. Nossa meta é ser um polo de excelência na promoção de ações sustentáveis na esfera governamental.

A gestão socioambiental na Câmara dos Deputados tem promovido a sustentabilidade nos novos projetos arquitetônicos e na reforma dos prédios, na redução do desperdício e na promoção do reaproveitamento e da reciclagem dos materiais utilizados nas rotinas administrativas da Casa, na inserção da questão ambiental nos editais de compra e contratação de serviços, no uso sustentável do papel, com orientações para a economia na impressão e com a Pauta Eletrônica, na eficiência energética da tecnologia da informação e no sistema de transporte mais sustentável, com a eco lavagem de sua frota oficial, o novo bicicletário e os ônibus novos movidos a biodiesel, entre outras ações.

Entendo que a incorporação da sustentabilidade à rotina dos processos produtivos de bens e serviços, esverdeando a economia, é algo que nossa geração tem de assumir como a maior de suas responsabilidades.

Nos fascículos dessa publicação, o leitor vai encontrar inúmeras razões para começar suas ações sustentáveis.

De Manaus a Porto Alegre, gente muito preocupada, mas também muito inspirada, irá convencê-lo da urgência do trato dos problemas ambientais brasileiros, se queremos continuar a potência energética e ambiental que temos sido por natureza.

No tempo em que estaremos recepcionando, 20 anos depois da Rio 92, uma nova Cúpula de Meio Ambiente da ONU, nada mais oportuno que termos em mãos diagnósticos e propostas sobre a sustentabilidade ambiental e social do Brasil. Este é o conteúdo desta publicação, o qual desejo que os senhores bem aproveitem.

**Deputado Marco Maia (PT-RS)**

*Presidente da Câmara dos Deputados*



# SUMÁRIO

Apresentação .....	11
Rio+20: eventos preparatórios: Manaus - Biomas .....	15
Bráulio Dias.....	17
Definição de biodiversidade.....	17
O tamanho da nossa biodiversidade .....	17
Um enorme patrimônio a gerir.....	18
O desmatamento e a degradação de cada um dos biomas.....	19
A Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Política Nacional de Biodiversidade .....	21
Nossas áreas protegidas estão muito mal distribuídas .....	22
Espécies ameaçadas.....	23
As mudanças climáticas e a destruição da biodiversidade .....	23
Espécies exóticas e invasoras .....	24
Biossegurança.....	24
Acesso a recursos genéticos e repasse de benefícios .....	25
A gestão dos recursos pesqueiros .....	26
A gestão de nossas florestas e o debate sobre o Código Florestal.....	27
Áreas de avanço e de falha no alcance das metas de conservação de biodiversidade que deveriam ter sido alcançadas em 2010.....	28
O novo acordo global de biodiversidade: objetivos e metas .....	30

Paulo Barreto .....	35
O aumento das áreas protegidas na Amazônia .....	35
A importância do plano de manejo .....	36
A pressão pela diminuição das áreas protegidas.....	36
O combate ao desmatamento .....	36
A questão do crédito.....	38
Conclusões .....	38
Os palestrantes respondem às questões do encontro e fazem suas colocações finais .....	39
Bráulio Dias .....	39
Quanto aos recursos pesqueiros.....	39
Quanto à legislação por biomas .....	39
Quanto à questão do crédito.....	40
Mais espaço e empoderamento aos povos da floresta.....	40
A insuficiência do debate sobre o código florestal .....	41
Não repetir o erro dos países industrializados .....	41
A pesquisa e a conservação da biodiversidade.....	41
Um modelo diversificado de agricultura .....	42
Paulo Barreto .....	43
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS (2012).....	45
Frente Parlamentar Ambientalista.....	47
Agradecimentos .....	59
Contatos .....	61

## APRESENTAÇÃO

Esta publicação apresenta os resultados do Ciclo de Palestras e Debates para a Rio+20, os “Encontros Rio+20”, organizados pela Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados dedicada a esta matéria e pela Frente Parlamentar Ambientalista. Os Encontros tiveram o propósito de envolver as várias regiões do Brasil na preparação da Conferência Rio+20 da Organização das Nações Unidas.

Temos a enorme satisfação de apresentar esta publicação ao público brasileiro às vésperas da Rio+20, pois este trabalho revela a varredura que fizemos no País para detectar as percepções das diferentes regiões e biomas quanto às expectativas da sociedade brasileira diante de uma nova Cúpula Mundial, 20 anos depois da Rio 92.

No decorrer dos debates, diversos diagnósticos e propostas para os principais problemas ambientais do País foram surgindo e o material resultante, aqui apresentado, destaca-se pela qualidade das análises e consistência dos argumentos, vindos de cientistas, de dirigentes, de jornalistas, da sociedade civil organizada, da classe política e do público interessado.

Foram cinco os temas debatidos: 1) Biomas; 2) Recursos hídricos; 3) Meio ambiente urbano; 4) Energia; 5) Segurança alimentar. Os debates foram orientados segundo os dois eixos básicos da Rio+20: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e as alternativas para uma melhor governança, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Os “Encontros Rio+20” foram realizados em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Recife e Porto Alegre, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Em março de 2012, um último Encontro - Em Busca de uma Economia Sustentável – ocorreu em Brasília, na Câmara dos Deputados, com o tema: Economia Verde.

Interessante notar que a Frente Parlamentar Ambientalista foi criada em 1997, exatamente com o objetivo de colocar em prática

os compromissos da Rio-92. Sua peculiaridade, comparada a outras frentes parlamentares, é ser formada por deputados e senadores e o fato de trabalhar em parceria com a sociedade civil e com os setores produtivos mais avançados da economia brasileira na percepção da sustentabilidade.

Desde seu início, a Frente enfatizou a necessidade de o desenvolvimento sustentável ser tratado de forma transversal no governo, abrangendo todas as políticas públicas, e a necessidade da criação de instrumentos econômicos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, ultrapassando a mera preocupação com comando e controle. Vem atuando, tanto para o nascimento de novas leis ambientais, quanto para evitar, nos últimos anos, o retrocesso da legislação ambiental já consolidada, devido à demanda por crescimento econômico que tem caracterizado o País nos últimos tempos.

A Subcomissão Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, tem atuado, desde sua criação, em consonância, não apenas com a Frente Parlamentar Ambientalista, mas com as outras subcomissões de mesmo conteúdo na Câmara e no Senado, tendo em vista dar relevo aos temas da Conferência na agenda política brasileira.

Com o conteúdo dessa publicação em mãos, ou seja, partindo da realidade ambiental brasileira, esperamos contribuir com os debates que terão lugar durante a Conferência da ONU.

A realização da Rio+20 deve provocar questionamentos em nossa sociedade quanto à necessidade premente do Brasil se envolver mais e mais com as questões globais e, em particular, com as questões ambientais de alcance planetário.

Mesmo que otimistas com o crescimento econômico galgado nos últimos anos, não devemos perder de vista a necessidade de adaptar nossa economia e nossas metas de crescimento ao objetivo maior de descarbonização de nossos processos produtivos, e de ampliarmos nossa visão para uma participação mais coerente na necessária construção de uma governança global.

Vivemos um mundo interligado e cada vez mais interdependente. Essa realidade está expressa no modo como produzimos, como

fazemos nossas transações comerciais, como nos relacionamos culturalmente. Grande parte das tecnologias informacionais e de comunicação, vigentes e potenciais, convergem para aprofundar ainda mais essa realidade.

Se a civilização construiu este estado de coisas por sua evolução histórica, os ecossistemas, ao contrário, foram desde sempre interligados e interdependentes.

Quanto mais interdependentes nos tornamos, e esse é um caminho aparentemente irreversível, mais carentes de governança global nos percebemos.

Esperamos que a Rio+20 seja palco para que se intensifiquem os entendimentos nesse sentido e que a sociedade brasileira, como fez em 1992, mostre-se plenamente comprometida com a sanidade ambiental do Planeta.

Ao passar os olhos pelo conteúdo dessa publicação, o leitor pode apropriar-se do estado atualizado dos problemas ambientais brasileiros, o que irá, certamente, incentivá-lo a apoiar iniciativas de economia verde que ultrapassem interesses econômicos imediatos e iniciativas de negociação que caminhem em direção à uma governança mundial que privilegie a integridade da civilização humana, hoje apenas possível num ambiente de sustentabilidade social e ambiental.

Boa leitura.

### **Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)**

*Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Líder do Partido Verde, Presidente da Subcomissão Rio+20 da CMADS, Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista e da Bancada Federal do Maranhão*

### **Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)**

*Relator da Subcomissão Rio+20 da Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Coordenador do GT FAUNA da Frente Parlamentar Ambientalista e Vice-líder do PSDB na Câmara dos Deputados*



*Mesa de Abertura*

# RIO+20: EVENTOS PREPARATÓRIOS

## MANAUS

23 de setembro de 2011

## BIOMAS

*Relatoria do evento: Ana Cristina Fraga Schwingel<sup>1</sup>*

O encontro de Manaus, tratando dos biomas brasileiros, foi o primeiro entre os encontros nas diferentes regiões do País e com diferentes temas que refletem as questões ambientais mais prementes. Foram apontadas as demandas vindas da Academia, dos setores produtivos, da sociedade civil organizada, das comunidades envolvidas, da classe política.

Salientou-se que é preciso dar relevância ao tema biodiversidade, que ainda não ocupa, como deveria, o rol de preocupações de nossa sociedade. Percebe-se que nem os motivos éticos, de respeito às outras espécies que coabitam o planeta conosco e de respeito às gerações seguintes, que têm direito ao usufruto da riqueza de espécies tanto quanto a nossa geração, nem, ainda, os motivos econômicos, advindos da exploração atual e potencial dos produtos da biodiversidade, têm sido suficientes para que o tema ganhe o relevo de que necessita na opinião pública.

O conteúdo das palestras abaixo apresentado municiará o leitor com evidências científicas que mostram a importância da manutenção da biodiversidade, não do ponto de vista do valor de cada espécie (e seu potencial econômico), mas do valor da manutenção de seu conjunto e das relações que mantêm entre elas, ou seja, do ponto de vista da ciência da Ecologia. E esse esforço tem em vista colaborar para o realce do tema na sociedade.

---

<sup>1</sup> Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados da área de meio ambiente. Bióloga e Mestre em Ecologia pela Universidade de Brasília.



*Mesa de Abertura*

Foram palestrantes Bráulio Dias, então Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, e Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Seguem os conteúdos das palestras por eles ministradas, sobre biodiversidade e os biomas brasileiros.



# BRÁULIO DIAS<sup>2</sup>

## Definição de biodiversidade

Para iniciar, define-se biodiversidade, não apenas como diversidade de espécies, mas abrangendo toda a vida no planeta Terra: espécies silvestres e domesticadas, ecossistemas, variabilidade genética, recursos genéticos, recursos florestais, recursos pesqueiros, água. Tudo isso está incluído no conceito, juntamente com os serviços ecossistêmicos ou serviços ambientais.

Quanto aos serviços ambientais, trata-se das diferentes propriedades da natureza que permitem e mantêm a vida na Terra, são base de sustentação da vida, da sociedade e da economia.

São serviços que regulam o equilíbrio ecológico, cada vez mais importante, na medida em que se enfrenta agora um cenário de mudanças climáticas que vão alterando os regimes de chuva, com cheias e secas cada vez mais pronunciadas.

Como ressalta ainda Bráulio Dias, “são serviços que provêm bens, alimentos, energia, fármacos, além de fazerem parte do patrimônio cultural, uma vez que se confundem com a própria identidade da sociedade, das nossas populações que estão muito enraizadas na biodiversidade”.

## O tamanho da nossa biodiversidade

Não se sabe até hoje o tamanho dessa biodiversidade. A maior parte dela é de organismos pequenos, como insetos. Hoje, têm-se cerca de um milhão e meio de espécies conhecidas no mundo, mas estimativas são de que talvez sejam mais de cem milhões de espécies.

---

<sup>2</sup> Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente/ MMA. Bráulio Ferreira Souza Dias possui doutorado em Zoologia pela Universidade de Edimburgo.

No Brasil, são descritas mais de mil espécies novas por ano e, nesse ritmo de conhecimento da biodiversidade brasileira, demoraria de oitocentos a mil anos para se conhecer toda nossa biodiversidade.

Há cerca de duzentas mil espécies conhecidas, mas isso representa talvez não mais que 10% do tamanho de nossa biodiversidade.

Estamos falando da gestão de um patrimônio natural que, em grande parte, é desconhecido.

O território brasileiro é bastante heterogêneo. Trabalha-se, atualmente, com o conceito de biomas, onde temos: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, Pampa e a Zona Costeira Marinha. Mas esses biomas não são completamente uniformes e, se utilizarmos um outro conceito que é o de eco-regiões, iremos identificar mais de oitenta ou cem eco-regiões diferentes no Brasil, e cada uma, por sua vez, dividida em diferentes tipos de ecossistema.

“É essa complexidade que temos de gerir”, diz o professor, alertando ainda que “o Brasil tem um diferencial por possuir essa riqueza, esse patrimônio, que ainda, em grande parte, está presente, sobrevive”.

### **Um enorme patrimônio a gerir**

Sobre os remanescentes de ecossistemas naturais no Brasil, a Amazônia e o Pantanal, em grande parte, ainda estão preservados, embora sejam identificadas frentes de pressão, de conversão de ecossistemas para outros usos, principalmente a agropecuária e atividades de mineração. A situação é bem diferente nos outros biomas. Cerrado, Caatinga e Pampa já perderam metade de sua área original e o que resta está bastante fragmentado e submetido a vários tipos de pressões. A Mata Atlântica, por sua vez, é o bioma mais devastado, onde restam poucos remanescentes.

No entanto, comparado aos demais países do mundo, o Brasil ainda está numa situação privilegiada e é preciso saber tirar pro-

veito disso. Muitos países do mundo já perderam a maior parte de seu patrimônio natural.

“O Brasil ainda tem uma grande parte desse patrimônio e temos a responsabilidade de zelar para a sua preservação e uso sustentável”, diz Bráulio Dias.

### **O desmatamento e a degradação de cada um dos biomas**

Analisa-se, a seguir, as taxas de desmatamento nos diferentes biomas brasileiros, de 2002 a 2008, período em que se têm dados comparáveis para os diferentes biomas.

O campeão de taxa de desmatamento foi o bioma Cerrado, com quase 0,7% do bioma sendo destruído e convertido para outros usos por ano, seguido do Pantanal, Amazônia, Caatinga e Pampas. A Mata Atlântica com uma taxa bem menor, até porque restou muito pouco para ser desmatado.

É preciso salientar que, nesse período, tanto na Amazônia quanto no Cerrado, houve um declínio nas taxas de desmatamento.

#### **Amazônia**

Segundo dados do INPE, de 2008, as frentes de desmatamento na Amazônia dão-se, principalmente, pela margem leste, Pará e Maranhão, e Sul, Mato Grosso e Rondônia, penetrando no Acre e um pouco no Estado do Amazonas. Há também áreas centrais em torno da Transamazônica e ao longo da calha do Rio Amazonas, além de uma pressão verificada em Roraima.

Os dados do INPE de taxa anual de desmatamento ainda mostram que, a partir de 2004, quando o Governo conseguiu consolidar uma estratégia coordenada de ação para o combate ao desmatamento da Amazônia, foi possível reduzir, significativamente, em mais de 75%, essas taxas anuais de desmatamento. O desafio é manter essa trajetória de redução e consolidar esse processo de redução da perda da floresta Amazônica.

## **Pantanal**

A característica do desmatamento do Pantanal é que o bioma está sendo destruído pelas bordas. O mais grave é que as cabeceiras que mantêm os rios do Pantanal estão no bioma Cerrado e estão, em grande parte, já destruídas e com muita erosão, muito assoreamento, com as frentes de desmatamento penetrando em toda a margem do Pantanal.

## **Cerrado**

No Cerrado, toda a metade sul do bioma foi completamente convertida para outros usos e o que resta ainda é uma porção importante, principalmente no norte – Maranhão, Piauí, Bahia, Tocantins, Minas Gerais e Mato Grosso. Essas áreas, no entanto, estão submetidas a uma forte frente de ocupação e de desmatamento que é preciso reverter.

## **Caatinga**

A situação do bioma Caatinga é ainda mais complexa. Não se tem uma única frente de desmatamento, de conversão. É um processo muito antigo e cada vez mais associado também ao processo de desertificação bastante preocupante.

## **Pampa**

O bioma sofre fortes pressões de desmatamento. Há ainda alguns bolsões de remanescentes importantes que merecem atenção cada vez maior, para garantir a sustentabilidade desses ecossistemas.

## **Mata Atlântica**

A Mata Atlântica, fortemente desmatada, tem a maior parte dos remanescentes em terrenos de alta declividade. Estão na Serra do Mar, Serra da Mantiqueira e ainda assim enfrentando pressões de desmatamento.

## Zona Costeira

Na parte marinha, as pressões são bastante distintas. Importa lembrar, no entanto, que o Brasil tem uma área territorial marinha muito grande. Incluídos não só o mar territorial, mas também a zona econômica exclusiva, são mais de três e meio milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a metade da área continental brasileira, portanto, uma área muito significativa que merece mais atenção.

### **A Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Política Nacional de Biodiversidade**

A Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovada na Rio 92, é o grande referencial com o qual se trabalha. São três seus grandes objetivos: 1 - promover a conservação da biodiversidade, 2 - seu uso sustentável e o 3 - repasse de benefícios ao conhecimento tradicional. A idéia é que esses três objetivos possam reforçar um ao outro.

Em 2002, a Conferência das Partes da Convenção de Biodiversidade aprovou o primeiro plano estratégico sobre diversidade biológica, a primeira agenda nacional com metas para a proteção da biodiversidade e a idéia era, até 2010, reduzir, significativamente, as taxas atuais de perda de biodiversidade nos níveis global, regional e nacional, com contribuição na redução da pobreza, beneficiando toda a vida na terra. O Brasil não alcançou essa meta.

Como afirma o Professor Bráulio, “esse foi um fracasso bastante grande e precisamos aprender as lições para que possamos ter mais efetividade daqui pra frente”.

A partir de 2002, foi definido um marco referencial de princípios e diretrizes para uma Política Nacional de Biodiversidade, mas, até hoje, não há um marco legal, uma lei brasileira como se conseguiu na área de mudanças climáticas, depois da COP 15, em

Copenhague, que deu um referencial forte para todo o País onde nós queremos chegar.

No que diz respeito há biodiversidade, as perguntas são: quais são as nossas metas? Quais são as nossas diretrizes e princípios que têm de ser seguidos por todos?

Segundo o palestrante, “o desafio na área de biodiversidade é dar mais centralidade ao tema. Não basta que as áreas ambientais nos níveis estadual, municipal e na sociedade civil estejam engajadas. É preciso que todos os setores trabalhem, de forma coordenada, caso contrário nós não teremos sucessos em avançar com essa agenda”.

Os objetivos da Política Nacional da Biodiversidade são sete: 1 - avançar com conhecimento da biodiversidade, 2 - promover a conservação da biodiversidade, 3 - promover o uso sustentável da biodiversidade, 4 - promover a avaliação e a mitigação dos impactos sobre a biodiversidade, 5 - promover o acesso aos recursos genéticos e o repasse dos benefícios pelo uso desses recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados aos povos indígenas e comunidades tradicionais, 6 - promover a informação, a conscientização e a educação sobre biodiversidade e 7 - avançar com marcos jurídicos para a gestão da biodiversidade.

### **Nossas áreas protegidas estão muito mal distribuídas**

O Brasil tem hoje um conjunto relativamente grande de Unidades de Conservação e esse conjunto é ainda maior quando se usa o conceito mais amplo da ONU de áreas protegidas que, além das Unidades de Conservação, inclui também as áreas indígenas e territórios quilombolas, por exemplo. Pode-se dizer que o País tem um percentual significativo de áreas protegidas, mas muito mal distribuído.

A maior parte do esforço de conservação da biodiversidade do Brasil está na Amazônia. Não obstante ser de enorme importância

a atenção de conservação ao bioma Amazônia, constata-se, por outro lado, que a maior parte dos biomas brasileiros está muito pouco assistida em termos de esforços de conservação.

Bráulio Dias afirma que “é preciso um esforço muito maior em prol da conservação da biodiversidade na Caatinga, no Cerrado, na Mata Atlântica, no Pantanal, no Pampa e na Zona Costeira e Marinha”.

### **Espécies ameaçadas**

O Brasil vem, desde 1968, monitorando e atualizando suas listas de espécies ameaçadas. Hoje, são mais de mil espécies no Brasil reconhecidas, em nível federal, como ameaçadas de extinção e essa lista só tende a crescer, infelizmente. Além das espécies ameaçadas há também a lista de espécies sobre-explotadas. Elas ainda não estão ameaçadas de extinção, mas os seus estoques estão sendo esgotados economicamente. É o caso, por exemplo, de boa parte das espécies mais importantes para a pesca no Brasil, bem como das espécies de maior valor madeireiro, que, mesmo não sendo consideradas ainda como ameaçadas de extinção, já têm seus estoques fortemente comprometidos, não sendo mais sustentáveis.

### **As mudanças climáticas e a destruição da biodiversidade**

Além dos impactos do processo de degradação ambiental, pelo desmatamento, pelas queimadas, pela exploração de carvão vegetal, pela poluição, a estes se somam os impactos das mudanças climáticas.

O Ministério do Meio Ambiente publicou um relatório nacional, em 2007, sobre esses impactos, chamando a atenção para quais biomas estariam mais pressionados.

De um modo geral, o relatório aponta para os seguintes impactos:

- A Caatinga vai ficar mais seca e, provavelmente, nas próximas décadas, vai deixar de ser semiárida para tornar-se um ecossistema árido, ao menos em sua parte central;
- A parte oriental da Amazônia vai receber menos chuvas e vai ter um clima mais estacional, com maior chance de tornar-se inviável a manutenção de ecossistemas florestais;
- No Sul e Sudeste, vão aumentar, cada vez mais, as chuvas, enchentes e desastres ambientais, como o recente desastre em janeiro de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro.

### **Espécies exóticas e invasoras**

O debate sobre espécies exóticas e invasoras está crescendo no mundo inteiro, mas, no Brasil, ainda é um tema considerado novo. Poucas pessoas conhecem bem esse tema que tem implicações nas atividades econômicas. Muitas espécies introduzidas no Brasil, para uso econômico, demonstraram ser invasoras, como, por exemplo, capins que foram trazidos da África para pastagem. Uma das espécies de pinus usada no sul do Brasil e algumas espécies de peixes introduzidas para a criação, como a Tilápia, também são consideradas invasoras <sup>3</sup>.

“É preciso um trabalho muito intenso em relação a isso, caso contrário os impactos só tenderão a aumentar”, afirma Professor Bráulio.

### **Biossegurança**

A respeito dos Organismos Geneticamente Modificados – OGMs, Bráulio avalia que “o Brasil tem legislação, mas nós achamos

---

<sup>3</sup> Esclarecemos que uma espécie é considerada invasora quando é introduzida propositalmente ou acidentalmente e se estabelece em populações tão bem sucedidas que se tornam pragas, ocupando nichos ecológicos de espécies nativas. Segundo a IUCN (*International Union for Conservation of Nature*, organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais), as invasões biológicas são a segunda maior causa de perda de biodiversidade à escala global.



que a atividade da CTNBio ainda não cumpre plenamente o que a lei prevê, que é fazer avaliações de riscos efetivos antes da liberação de OGMs no território brasileiro<sup>4</sup> .

### **Acesso a recursos genéticos e repasse de benefícios**

Até hoje, o marco legal para a questão do acesso a recursos genéticos e repasse de benefícios é a Medida Provisória 2.186-16 de 23/08/2001 editada no ano de 2000, por causa de um escândalo com uma grande multinacional farmacêutica. A Medida Provisória é considerada muito burocrática e não tem estimulado os investimentos em pesquisa e o desenvolvimento tecnológico a partir de nossa biodiversidade. Felizmente, em outubro do ano passado, conseguiu-se, depois de muitos anos de negociação, aprovar o Protocolo de Nagoya, que estabelece regras mundiais para esse tema, mas ainda é preciso ratificar o Protocolo no Congresso Nacional.

Bráulio Dias diz: “Espero que a ratificação ocorra antes da Rio+20. É preciso modernizar esse marco legal. E isso carece de um pronunciamento do Congresso Nacional para dotar o país de um marco legal eficiente nessa área<sup>5</sup>”.

---

<sup>4</sup> A CTNBio é uma instância colegiada multidisciplinar, sob o comando do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criada através da lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, sua finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados.

<sup>5</sup> Até o início de fevereiro de 2012, somente dois países, o Gabão e a Jordânia, haviam ratificado o Protocolo de Nagoya. O prazo para a assinatura do acordo terminou em 1º de fevereiro, com 91 países signatários mais a União Europeia. Para que o Protocolo entre em vigor, no entanto, é necessário que, ao menos, 50 dos países signatários o ratifiquem. O Brasil é signatário do acordo, desde fevereiro do ano passado, mas a proposta de ratificação ainda não foi enviada ao Congresso . <http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2012/fevereiro/protocolo-de-nagoya-aguarda-ratificacoes#ixzz1mSjrFHF2>

## A gestão dos recursos pesqueiros

Bráulio Dias alerta que “nós enfrentamos grandes desafios na Gestão de Recursos Pesqueiros no Brasil”.

O Programa Revizee<sup>6</sup>, que foi um grande programa de pesquisa feito durante dez anos e finalizado em 2006, concluiu que 80% das regiões pesqueiras do Sul e Sudeste do Brasil estão sobreexplotadas e, na Região Norte e Nordeste, a sobreexplotação já chega a 50%. É uma situação de grande insustentabilidade que precisa ser revertida.

Importante lembrar que na discussão, do Código Florestal, está a questão da proteção dos Manguezais. A Câmara dos Deputados aprovará a exclusão dos chamados Apicuns e Marismas do conceito de Manguezais e eles são essenciais como áreas de criadouros de recursos pesqueiros.

É importante ressaltar como os esforços de conservação dão resultados concretos. O esforço de conservação da Zona Costeira do Nordeste, em Alagoas e sul de Pernambuco, resultou em grande recuperação das populações de peixes nessas regiões, comparado com as áreas que não receberam atenção de proteção.

A sobrepesca e insustentabilidade da atividade pesqueira nos moldes tradicionais também estende-se às águas continentais.

Então, os esforços de conservação na área marinha e na área aquática continental são fundamentais se quisermos recuperar os estoques pesqueiros.

---

<sup>6</sup> O Programa Revizee é o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva. O Brasil, ao assinar, em 1982, e ratificar, em 1988, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em vigor desde 16 de novembro de 1994, assumiu uma série de direitos e deveres frente à comunidade nacional e internacional. Dentre tais compromissos, destacam-se aqueles relacionados à exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos vivos na ZEE (Zona Econômica Exclusiva), dentro da ótica de uso sustentável do mar. O Programa REVIZEE foi concebido para possibilitar o cumprimento das metas assumidas frente à comunidade internacional, garantindo a obtenção, a sistematização e a divulgação das informações necessárias para o reordenamento das pescarias nacionais.

## **A gestão de nossas florestas e o debate sobre o código florestal**

Na área de gestão florestal, são grandes os desafios. Os avanços mais recentes foram a criação de um Programa Nacional de Florestas e, principalmente, o estabelecimento do Sistema de Concessão Florestal, para a exploração florestal em florestas públicas.

Quanto à atual discussão, no Congresso Nacional, de revisão do Código Florestal, existe, infelizmente, muita desinformação. Alega-se que o esforço de conservação no Brasil seria exagerado, de que os agricultores estariam sendo penalizados pela existência, no Código, das exigências de áreas de preservação permanente e que as exigências de reserva legal também seriam exageradas. Em resumo, existe um discurso de que o desenvolvimento do País está sendo prejudicado pelos esforços de conservação.

O desafio é obter um Código equilibrado, que mantenha as exigências de conservação, mas que também seja sensível às necessidades de adequação, face aos potenciais de atividades econômicas e às situações sociais, principalmente relacionadas à agricultura familiar.

Um aspecto importante é mostrar que a unidade de conservação não é um obstáculo ao desenvolvimento, pelo contrário, ela ajuda a dar sustentabilidade aos esforços de desenvolvimento do País, porque essas áreas protegidas ajudam a conservar a água, ajudam a manter os serviços ambientais, como o da polinização, que é essencial na agricultura, ajudam a conservar os solos.

Por exemplo, os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica mostram que, atualmente, nós perdemos 0,5% da capacidade de acumulação de água em todos os reservatórios do Brasil, por causa de sedimentação. E de onde vem a sedimentação? Do assoreamento, da erosão rio acima. Se o Código Florestal estivesse sendo observado, certamente os índices de assoreamento e sedimentação seriam muito menores. O Orçamento Federal destina, atualmente, bilhões de reais no PAC (Programa de Aceleração

do Crescimento), só para o desassoreamento dos nossos portos, também por causa de sedimentação, que vem da erosão pela não observância do Código Florestal.

A alegação de que o esforço de conservação no Brasil é exagerado não cabe. Nós temos um esforço importante e modelar na Amazônia, mas, no resto do Brasil, o esforço de conservação é absolutamente insuficiente e precisa ser muito ampliado, até mesmo para alcançar a média mundial. Nós estamos, por exemplo, bem abaixo da média do esforço de conservação dos demais países Amazônicos.

Também é importante mostrar que as reservas legais não são só áreas de preservação, são áreas onde é possível fazer o manejo florestal para ter um retorno econômico. Então, há muita desinformação a esse respeito e diz-se que a reserva legal não contribui para atividade econômica. Pelo contrário, são áreas destinadas, sim, ao uso, embora trate-se de um uso diferenciado, de manejo da floresta e não de substituição da floresta por outras atividades econômicas.

O País precisa é de equilíbrio. É evidente que o Brasil tem um diferencial, uma vocação para agricultura, mas, se não fizermos a conservação ambiental necessária, a viabilidade, a longo prazo, dessa agricultura vai ser reduzida.

### **Áreas de avanço e de falha no alcance das metas de conservação de biodiversidade que deveriam ter sido alcançadas em 2010**

A Comissão de Biodiversidade, de 2006, aprovou um conjunto de 51 metas em todas as áreas de conservação, uso sustentável etc. A seguir, um resumo, um balanço do alcance ou não dessas metas.

No primeiro componente, sobre o conhecimento da biodiversidade, os avanços foram a catalogação da biodiversidade e os programas de taxonomia que o Ministério de Ciências e Tecnologia tem promovido em alguns estados.

Na área de conservação de ecossistemas, o avanço foi na expansão do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, particularmente na Amazônia. Importante foi a definição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade como instrumento de planejamento.

Na área de conservação de recursos genéticos, não houve avanços significativos.

Na área de espécies ameaçadas, o único avanço foi a maior inclusão de espécies ameaçadas em unidades de conservação que foram criadas particularmente na Amazônia.

Na área de produção sustentável, no uso da biodiversidade, houve um crescimento da gestão florestal no País e também a certificação da agricultura sustentável, como, por exemplo, a agricultura orgânica. Mas isso ainda representa uma parcela muito pequena de todo o mercado. Além disso, o esforço de zoneamento ecológico e econômico, que avançou apenas na Amazônia, precisa avançar no resto do Brasil.

Na área de consumo sustentável, os avanços são bastante pequenos. Houve certa efetividade no controle do comércio internacional, no tráfico de fauna ameaçada. Quanto à agregação de valor, houve investimentos em pesquisa e no número de patentes, que está crescendo bastante, mas ainda há carência de instrumentos econômicos de estímulo a essa agregação de valor no aproveitamento da biodiversidade. Na Amazônia, por exemplo, nós não vamos conseguir manter toda essa floresta de pé, se a região continuar como exportadora apenas de matéria-prima. É preciso ter agregação de valor na produção que sai daqui.

No monitoramento dos impactos, tivemos um bom avanço. O Brasil é, hoje, o único país do mundo que faz o monitoramento anual de todos os seus biomas, em termos do desmatamento e de queimadas, e temos um monitoramento também anual dos recifes e corais brasileiros desde o Atol das Rocas até Abrolhos.

Quanto à redução de impactos, já destaquei a redução do desmatamento da Amazônia e houve, também, até 2009, uma redução de queimada em todo o Brasil, mas um recrudescimento das queimadas nos anos de 2010 e 2011.

Quanto à questão do acesso aos recursos genéticos, houve um avanço na proteção de direitos, por meio da regulamentação de 4 terras indígenas e a maior criação de reservas extrativistas.

Na questão do repasse dos benefícios, os avanços ainda são muito modestos, muito insignificantes.

Na questão da educação, sensibilização pública e informação, a avaliação é que os avanços foram muito insuficientes.

No componente de fortalecimento jurídico institucional, a novidade nos últimos anos foi a maior ênfase na Cooperação Sul-Sul.

### **O novo acordo global de biodiversidade: objetivos e metas**

Lidamos hoje com o novo marco legal global de biodiversidade que foi aprovado na Conferência das Partes - COP 10 da Convenção de Diversidade Biológica em Nagoya, em 2010.

Diferentemente da questão das mudanças climáticas, onde nós ainda não conseguimos chegar a um acordo global, em biodiversidade nós temos esse acordo global. Então, o Brasil tem o dever bastante grande de internalizar os compromissos desses acordos internacionais e torná-los realidade.

A Convenção sobre Biodiversidade aprovou um plano estratégico para os próximos dez anos, de 2011 a 2020, com vinte metas, agrupadas em cinco grandes objetivos estratégicos.

**O primeiro objetivo estratégico** é atacar as causas subjacentes à perda da biodiversidade.

**Meta um:** até 2020, é que todos os cidadãos tenham maior informação e consciência sobre os valores da biodiversidade.

**Meta dois:** até 2020, o mais tardar, os valores da biodiversidade estejam integrados nas estratégias de desenvolvimento e nos sistemas nacionais de contas públicas. O Brasil, como a maioria dos países, só contabiliza o PIB nacional com o que é produzido, e não contabiliza o valor do seu patrimônio, os estoques de florestas, os estoques pesqueiros, etc.

**Meta três:** até 2020, fazer ajustes nos incentivos econômicos. Temos de eliminar os incentivos perversos que promovem a destruição da biodiversidade e temos de ampliar e consolidar os incentivos positivos que estimulam a conservação e a sustentabilidade da biodiversidade.

**Meta quatro:** até 2020, os governos, as indústrias, os negócios têm de internalizar a questão da biodiversidade nos seus planos, nas suas estratégias, de mercado, de produção.

**O segundo objetivo estratégico** é reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade.

**Meta cinco:** que a taxa de perda de habitats naturais, incluindo florestas, seja reduzida pelo menos à metade até 2020. E que, onde possível, essa taxa seja reduzida próxima de zero, incluindo também o fenômeno da fragmentação.

**Meta seis:** até 2020, sejam recuperados os estoques pesqueiros, incluindo, além de peixe, camarões, caranguejos e moluscos. Isso quer dizer sair da situação de sobrepesca para uma situação de sustentabilidade de estoques.

**Meta sete:** até 2020, as áreas de exploração agrícola, de pecuária, de apicultura e de exploração florestal estejam todas dentro de regras de sustentabilidade. Essa meta é um grande desafio para o Brasil.

**Meta oito:** até 2020, haja uma redução da poluição, inclusive por excesso de nutrientes, a níveis menos impactantes ao meio ambiente e à biodiversidade.

**Meta nove:** até 2020, as espécies exóticas invasoras e seus veículos de dispersão sejam controlados.

**Meta dez:** até 2015, as múltiplas pressões sobre os recifes e corais sejam revertidas. Recifes e corais são os primeiros ecossistemas a desaparecerem no mundo por causa das mudanças climáticas. Se não houver um esforço especial de atenção aos recifes e corais, vamos perdê-los.

**O terceiro objetivo estratégico** é melhorar o estado da biodiversidade, com salvaguarda dos ecossistemas, das espécies, da diversidade genética.

**Meta onze:** até 2020, que estejam conservados pelo menos 17% dos ecossistemas continentais terrestres e ao menos 10% dos ecossistemas marinhos. Conservados não só no papel, mas de forma efetiva, ou seja, implementada a conservação no campo.

**Meta doze:** até 2020, que a extinção de espécies ameaçadas de extinção seja evitada, quer dizer, não é possível admitir que as atividades humanas estejam contribuindo para extinção de espécies.

**Meta treze:** até 2020, a perda de diversidade genética de espécies de interesse econômico, plantas e animais, a chamada erosão genética, por exemplo, na agrobiodiversidade, seja revertida. Lembramos que as atividades agropecuárias vão ser fortemente impactadas por mudanças climáticas e a estratégia de adaptação para cenários futuros passa pelo uso de recursos genéticos. Se esses recursos forem perdidos, não vamos ter com o que nos adaptar.

**O quarto objetivo estratégico** é ampliar os benefícios para todos em relação aos potenciais da biodiversidade e dos ecossistemas.

**Meta quatorze:** que os ecossistemas provedores dos serviços essenciais, como a produção de água, sejam mantidos e recuperados.

**Meta quinze:** até 2020, a resiliência dos ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para a estocagem de carbono tenham sido ampliados, por meio de ações de conservação e de restauração, incluindo a recuperação de pelo menos 15% dos ecossiste-



mas degradados, contribuindo para a mitigação e adaptação das mudanças do clima e para o combate à desertificação.

**Meta dezesseis:** até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Resultantes de sua Utilização esteja em vigor e operacional, consistente com as legislações nacionais.

E, finalmente, o **quinto objetivo estratégico** é melhorar a implementação, por meio de planejamento participativo, da gestão do conhecimento e da capacitação.

**Meta dezessete:** até 2015, cada país membro da Convenção, tenha adotado um instrumento político que internalize essas metas e os mecanismos para sua implementação, chamados instrumentos de políticas públicas.

**Meta dezoito:** até 2020, o conhecimento, as inovações e práticas tradicionais de povos e comunidades tradicionais relevantes para conservação e a sustentabilidade da biodiversidade estejam protegidos e multiplicados em prol da conservação e do uso da biodiversidade.

**Meta dezenove:** até 2020, o conhecimento e a base científica e tecnológica, relacionados à biodiversidade, aos seus valores e ao funcionamento estável e tendências, sejam ampliados e utilizados em prol da conservação e do uso da biodiversidade.

**Meta vinte:** até 2020, no mais tardar, a mobilização de recursos financeiros para implementar efetivamente o Plano Estratégico 2011-2020, a partir de todas as fontes e de acordo com o processo consolidado e acordado na Estratégia para Mobilização de Recursos, deverá crescer substancialmente em relação aos níveis atuais.

Bráulio Dias termina sua exposição com as seguintes palavras:

“Então, essa é a nova agenda global de biodiversidade, onde há consenso internacional, restando-nos implementá-la no Brasil. O desejo do Ministério do Meio Ambiente é que possamos ter, semelhante ao que foi feito na área de mudanças climáticas,

um marco legal que defina com clareza os objetivos que o País deve alcançar em termos da biodiversidade e dos ecossistemas. E esperamos que isso possa ser feito a tempo do País anunciar aos nossos visitantes na Rio+20.

Essa é nossa expectativa que acho perfeitamente viável. Lembrando que o desafio não é só a melhor atuação das áreas ambientais. Que nós temos de dar mais centralidade à temática de biodiversidade, para que todos os outros setores da sociedade e dos governos trabalhem, de forma consistente, com a biodiversidade, para que ela seja conservada e utilizada.”



*Deputado Sarney Filho (PV-MA) com lideranças do Amazonas*

## PAULO BARRETO<sup>7</sup>

### O aumento das áreas protegidas na Amazônia

Na Amazônia, o principal avanço foi a criação de áreas protegidas. Houve um crescimento bastante expressivo, tanto de áreas estaduais como federais.

Essas áreas representam hoje cerca de 2.2 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 44 % do território, uma área bastante expressiva.

A distribuição dessas áreas: cerca de metade delas são terras indígenas e, dentro das áreas que são unidades de conservação, temos dois tipos: 1 - a de proteção integral, mais restritas, onde pode-se ter, por exemplo, turismo, pesquisa, mas não se pode ter extração de vegetação, e 2 - as de uso sustentável, onde pode-se ter manejo de floresta e extração de madeira em bases sustentáveis.

Destaca-se que a área total destinada ao uso sustentável tem cerca de setecentos e trinta mil quilômetros quadrados, ou seja, é uma área bastante expressiva que poderia contribuir muito mais do que tem contribuído para o desenvolvimento regional, pois pode ser usada para manejo florestal.

Entretanto, embora tenha havido avanço na criação de áreas protegidas, 70% das unidades de conservação estão sem plano de manejo.

---

<sup>7</sup> Pesquisador Sênior, Engenheiro Florestal do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. Mestre em Ciências Florestais (Universidade Yale, EUA).

## **A importância do plano de manejo**

O plano de manejo diz quais são os objetivos específicos da área protegida, que atividades irão ocorrer ali, a locação dessas atividades dentro da área e quais recursos serão nela aplicados. A falta de implementação tem levado a reações locais em muitas áreas. As pessoas começam a ver aquela unidade apenas como uma restrição e não como uma oportunidade, de fato, de desenvolvimento local.

## **A pressão pela diminuição das áreas protegidas**

Já se começa a ver várias iniciativas para extinguir algumas unidades de conservação, para reduzir seu tamanho ou reduzir o grau de proteção. Fizemos um estudo no Imazon, em 2010, e identificamos 29 áreas que foram suprimidas, totalizando 49 mil quilômetros quadrados. Ao mesmo tempo, identificamos outras 16 áreas com ações para redução ou extinção, somando uma área ainda maior de 86 mil quilômetros quadrados. Essa é uma evidência de que, se não tomarmos conta dessas áreas, se não tivermos os planos de manejos, os investimentos para que essas áreas apoiem o desenvolvimento local, com turismo, com uso dos recursos naturais, existe um claro risco de retrocesso. Uma vez que se permite a extinção de algumas áreas ou a redução de outras, a mensagem que fica é que outras ainda podem também sofrer o mesmo processo.

## **O combate ao desmatamento**

Se observarmos as taxas do desmatamento, desde que começou o monitoramento anual, de 1989 até 2010, veremos uma flutuação expressiva ao longo do tempo e grande parte dessa flutuação está relacionada com a variação dos preços das mercadorias agrícolas, principalmente o gado, pois a maior parte das áreas desmatadas são para a pecuária bovina.

Ao longo do tempo, no entanto, o governo veio tentando combater o desmatamento ilegal, inicialmente com um aumento muito forte da fiscalização no campo, depois da Lei de Crimes Ambientais, aumentando as multas e a apreensão de madeira ilegal. Houve queda no desmatamento, porém, devido à baixa aplicação das penas, a situação de impunidade favoreceu a continuidade do desmatamento. Das multas aplicadas, foi de fato coletado um percentual muito pequeno.

Em 2008, com a avaliação de que a política estava insuficiente, o governo desenvolveu ações que deram um resultado importante. Um conjunto mais amplo de mecanismos foi aplicado. Não só multa e apreensão, mas restrição ao crédito para quem não iniciasse a regulamentação ambiental do seu imóvel, embargo de áreas desmatadas ilegalmente, além da penalização também a quem compra da área ilegal algum produto, por exemplo, grãos ou gado. O frigorífico passou a ser também penalizado. Houve o confisco de bens, por exemplo, de gado criado em área ilegal. Esse conjunto de ações favoreceu um cenário mais positivo entre 2008 e 2010.

Pela primeira vez, conseguimos verificar a queda do desmatamento, apesar dos preços das mercadorias (soja e gado) terem crescido, mostrando que as novas medidas, de fato, tiveram um efeito.

Importante notar que o avanço no combate ao desmatamento tem provocado, como contrapartida, uma reação importante que é o debate sobre o Código Florestal. Ele, em grande parte, surge a partir do avanço das medidas restritivas ambientais.

Em 2010 e 2011, no entanto, o monitoramento mensal do desmatamento pelo IMAZON, tem mostrado uma tendência de aumento, para o ano de 2010-2011, de 9%. O aumento tem acontecido principalmente em Mato Grosso e Rondônia.

Importante notar que no Pará houve redução expressiva, em grande medida relacionada a uma ação bastante coordenada do Ministério Público Federal do Estado contra a pecuária ilegal, responsabilizando os frigoríficos.

Isso mostra a importância desse arcabouço que é o Código Florestal, que, junto com a Lei de Crimes Ambientais, permite controlar o desmatamento. Temos o risco de a reforma do Código poder, de fato, levar a um retorno do aumento do desmatamento.

### **A questão do crédito**

Um outro elemento importante é a questão do crédito. De fato a Amazônia já recebe bastante crédito rural. De 1997 a 2009, foram 35 bilhões de reais de crédito rural para a região. É importante notar que o crédito rural tem nele embutidos subsídios, logo, já se tem um apoio às atividades agropecuárias aqui na região.

Nesse período, com cerca de dois milhões de contratos para créditos, menos de 1% foi para a área florestal, ou seja, para o manejo de floresta nativa ou para o reflorestamento.

Fala-se muito em uso sustentável da atividade florestal, mas quando se analisa o crédito rural, que é o principal instrumento definidor do uso da terra, vê-se a aplicação irrisória desse recurso em florestas e reflorestamento.

### **Conclusões**

Concluindo, temos uma área bastante grande da Região que está alocada para as áreas protegidas. Temos de dar oportunidade para que essas áreas sejam, de fato, um vetor para o desenvolvimento sustentável. Temos de solicitar fortemente que haja um investimento e não só um custeio para essas áreas, pois, com os planos de manejos e os planos de uso público, essas áreas podem gerar receita, a partir dos usos sustentáveis. Então, o investimento inicial teria uma recuperação. Além disso, o crédito tem de ser totalmente revisto. Se tivéssemos pelo menos 20% do crédito rural alocado para a área florestal, teríamos um espaço para a criação de emprego, de renda, de impostos na área florestal muito maior do que temos hoje.

# OS PALESTRANTES RESPONDEM ÀS QUESTÕES DO ENCONTRO E FAZEM SUAS COLOCAÇÕES FINAIS

## BRÁULIO DIAS

### **Quanto aos recursos pesqueiros**

É preciso mais atenção, particularmente na Amazônia, à questão dos recursos pesqueiros. A riqueza de peixes na Amazônia é impressionante. São mais de duas mil e quinhentas espécies. Importante notar que há aqui uma tradição cultural de comer peixe, que é muito saudável, mas que está sendo substituída pelo consumo de carne bovina. Há um problema de redução de estoques pesqueiros e parte do problema é de sobrepesca, além de outras causas, como poluição, barragens, etc. O Ministério do Meio Ambiente está trabalhando com o Ministério da Pesca para realmente tentar implementar o que a Lei de 2009 impõe, que é fazer a gestão compartilhada, de forma sustentável. Duas instruções normativas estão a caminho, estabelecendo todo um sistema de permissionamento de pesca por regiões, por bacias, criando também, finalmente, os comitês de gestão de pesca para cada região.

Na questão da aquicultura, é preciso dar mais prioridade para as espécies nativas, que tem um potencial imenso, particularmente aqui na Amazônia. Há um grande risco com relação à introdução de espécies exóticas e, como foi observado numa intervenção, os peixes nadam e eles não ficam onde a gente os solta e há um risco de invasão de outras áreas em termos de impactos ambientais.

### **Quanto à legislação por biomas**

O Ministério do Meio Ambiente concorda totalmente com a opção da legislação por biomas. Já temos a Lei da Mata Atlântica,

estamos pensando em uma Lei federal para o Pantanal e acho que seria muito oportuno começarmos com a iniciativa de uma Lei para a Amazônia, e nós seremos parceiros de primeira instância nessa iniciativa. Cada bioma deveria ter uma legislação específica. É necessário termos um Código Florestal geral, com regras gerais, isso é fundamental, mas, para cuidar das especificidades dos biomas, seria realmente adequado caminharmos para as legislações por biomas.

### **Quanto à questão do crédito**

Já há crédito disponível que não é utilizado. Há problema de falta de capacitação dos tomadores para fazer bons projetos e a falta de capacitação e de estímulo para os gerentes dos bancos priorizarem projetos sustentáveis. Eles não sabem como fazer a avaliação de risco de projetos inovadores com a biodiversidade. Eles preferem, portanto, fazer crédito de projetos tradicionais, de plantio de soja, cana, fazendas de gado etc.

A questão de o crédito não chegar às populações do interior porque elas não detêm as terras é um problema sério. Foi aprovada uma legislação para promover essa titularidade. O Serviço de Patrimônio da União está trabalhando nessa direção. Isso é trabalhoso e demorado, mas é o caminho certo.

### **Mais espaço e empoderamento aos povos da floresta**

Temos de ter uma aliança cada vez maior entre governos e as populações da floresta, porque só o governo não vai conseguir manter as florestas de pé. Há alguns casos em que isso foi feito e mostrou grande sucesso. Por exemplo, se estamos conseguindo ter, agora, toda uma recuperação das populações de pirarucu em Mamirauá, isso foi fruto da aliança entre Governo do Estado e os moradores daquela área.



## **A insuficiência do debate sobre o código florestal**

A consulta pública para o Código Florestal, de fato, não foi suficiente. Ela ocorreu mais no âmbito do setor ruralista, que foi quem promoveu essa discussão, e, portanto, a proposta do Código carece hoje de uma maior ênfase na questão da própria floresta, sobre que instrumentos utilizar para promover a conservação e uso da floresta. A ênfase na discussão do Congresso, infelizmente, foi sobre como tratar as áreas que já foram desmatadas e convertidas para outros usos, problema das multas etc. Isso direcionou muito o debate. Então, esperamos que o debate agora, no Senado Federal, possa reverter essa questão.

## **Não repetir o erro dos países industrializados**

O fato de outros países, como os europeus, terem destruído suas florestas, não nos autoriza a fazer a mesma coisa. Nós podemos fazer melhor, podemos fazer diferente, e isso pode ser um diferencial para o Brasil. No livro “Colapso”, do pesquisador americano Jared Diamond, vê-se claramente o que tem acontecido com várias civilizações do mundo inteiro que não tomaram cuidado com a sustentabilidade de uso de recursos naturais. Elas entraram em colapso.

O Brasil tem o potencial de ser diferente, de ter um desenvolvimento mais sustentável e poder usar isso a seu favor nas relações internacionais, na abertura de mais mercado para os produtos brasileiros que sejam de origem sustentável.

## **A pesquisa e a conservação da biodiversidade**

O País investe menos de 5% de todo o esforço de pesquisa nacional na Amazônia. Quer dizer, a Amazônia é metade do País e recebe só 5% dos investimentos de pesquisa. Se continuarmos desse jeito, nós não vamos reverter a situação. É preciso ampliar o investimento. E claro, é preciso eliminar barreiras. É preciso mudar

o marco legal de acesso a recursos genéticos. Isso é fundamental. Não depende só do Ministério do Meio Ambiente. Isso depende de ação de vários outros Ministérios e de vários setores. A discussão é muito complexa, mas como conseguimos, em Nagoya, fechar um Acordo Internacional para Biodiversidade, é possível agora, estabelecermos regras nacionais que sejam equilibradas, que protejam os direitos dos detentores da biodiversidade, os povos indígenas, as comunidades locais etc. E também estimular pesquisas, desenvolvimento tecnológico e produção, porque, se não houver isso, não vai ter o que repartir. Então temos de fechar esse ciclo de uma forma virtuosa.

### **Um modelo diversificado de agricultura**

O modelo de nossa agricultura precisa de aprimoramento. Há de se buscar um modelo mais sustentável e mais diversificado na agricultura brasileira. A agricultura brasileira ainda depende muito somente de espécies exóticas. Há todo um potencial econômico das espécies nativas. Plantas e animais com um potencial de aproveitamento econômico muito interessante, espécies nativas que mereceriam mais atenção. A agricultura tem de trabalhar na forma de policultura, em mosaicos, consorciação etc., para ser mais sustentável. Em mosaico também com as áreas protegidas.

Não adianta manter grandes áreas protegidas nas fronteiras apenas. É preciso ter proteção também no meio das áreas de produção. Para que sejam garantidos os serviços ambientais à produção. Então, é preciso ter esse mosaico de conservação”.

## PAULO BARRETO

A concordância é total com as palavras do Bráulio. Para completar, sobre a assistência técnica, essa é uma questão crítica. A produtividade na pecuária, por exemplo, é muito baixa. E têm muitos fatores contribuindo para isso, inclusive a falta de aplicação das tecnologias já disponíveis.

O manejo florestal, o uso de produtos nas madeireiras, todas essas áreas dependem muito de conhecimentos que não estão sendo aplicados e isso tem a ver com o baixo investimento em ciência e tecnologia. É preciso cobrar, para que haja, no Orçamento, recursos, de fato, e na escala necessária, para pesquisa e tecnologia.

O desenvolvimento sustentável vai depender grandemente de inovação. De agora em diante teremos de usar melhor os recursos e isso depende muito de inovação. Se não houver investimentos em tecnologia, em treinamento, não vai haver futuro sustentável.



*Deputada Estadual Aspásia Camargo (PV-RJ), Deputados Sarney Filho (PV-MA, Ricardo Tripoli (PSDB-SP) e Rebecca Garcia (PP-AM)*



# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

**Presidente: Deputado SARNEY FILHO**

**1ºVice-Presidente: Deputado ARNALDO JORDY**

**2ºVice-Presidente: Deputado PENNA**

**3ºVice-Presidente: Deputada REBECCA GARCIA**

## TITULARES



Antônio Roberto  
PV/MG



Arnaldo Jordy  
PPS/PA



Augusto Carvalho  
PPS/DF



Filipe Bornier  
PSD/RJ



Giovani Cherini  
PDT/RS



Givaldo Carimbão  
PSB/AL



Irajá Abreu  
PSD/TO



Leonardo Monteiro  
PT/MG



Marcio Bittar  
PSDB/AC



Márcio Macêdo  
PT/SE



Marina Santanna  
PT/GO



Mário de Oliveira  
PSC/MG



Penna  
PV/SP



Rebecca Garcia  
PP/AM



Ricardo Tripoli  
PSDB/SP



Sarney Filho  
PV/MA



Vilalba  
PRB/PE

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

## SUPLENTES



Alfredo Sirkis  
PV/RJ



Antonio Bulhões  
PRB/SP



Antonio Carlos Mendes  
Thame (PSDB/SP)



Arnaldo Jardim  
PPS/SP



Bernardo Santana de  
Vasconcellos (PR/MG)



Fernando Ferro  
PT/PE



Fernando Jordão  
PMDB/RJ



Fernando Marroni  
PT/RS



Homero Pereira  
PSD/MT



Lauriette  
PSC/ES



Leandro Vilela  
PMDB/GO



Lira Maia  
DEM/PA



Marco Tebaldi  
PSDB/SC



Miro Teixeira  
PDT/RJ



Oziel Oliveira  
PDT/BA



Paes Landim  
PTB/PI



Valdir Colatto  
PMDB/SC



Zé Geraldo  
PT/PA

# FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

## **Coordenador**

Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

## **Subcoordenadores**

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

Deputado PENNA (PV-SP)

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B/AM)

## **Secretário Geral**

Deputado PAES LANDIM (PMDB-PI)

## **Conselho Executivo**

Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

## **Conselho Consultivo**

Mario Mantovani – SOS Mata Atlântica

André Lima – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Planeta Verde e  
SOS Mata Atlântica

Fábio Feldmann – Consultor Ambiental

Edson Duarte (PV-BA)

## **Grupos de Trabalho**

### **Água**

Coordenador: Deputado ARNALDO JARDIM (PPS-SP)

### **Clima**

Coordenadora: Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

### **Cerrado & Caatinga**

Coordenadores: Senador RODRIGO ROLLENBERG (PSB-DF) e

Deputado OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA)

### **Zona Costeira e Ecossistema Marinho**

Coordenadores: Deputados DR. ALUIZIO (PV-RJ), ARNALDO JORDY (PPS-PA) e  
MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

### **Educação Ambiental**

Coordenador: Deputado ROBERTO DE LUCENA (PV-SP)

### **Empresas e Responsabilidade Ambiental**

Coordenador: Deputado ALESSANDRO MOLON (PT-RJ)

### **Energias Renováveis**

Coordenador: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

### **Fauna**

Coordenador: Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)

### **Floresta**

Coordenador: Deputado MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

### **Prevenção de Desastres Naturais**

Coordenador: Deputado CESAR COLNAGO (PSDB-ES)

### **Questões Urbanas**

Coordenadora: Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

### **Construções Sustentáveis**

Deputado RICARDO IZAR (PSD-SP)

### **Resíduos**

Coordenador: Deputado VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS)

### **Sustentabilidade na Copa**

Coordenador: Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)



## Deputados

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Ademir Camilo	PSD	MG
Adrian	PMDB	RJ
Afonso Hamm	PP	RS
Alessandro Molon	PT	RJ
Alex Canziani	PTB	PR
Alfredo Kaefer	PSDB	PR
Alfredo Sirkis	PV	RJ
Alice Portugal	PCdoB	BA
Aline Corrêa	PP	SP
Almeida Lima	PPS	SE
Amauri Teixeira	PT	BA
Andre Moura	PSC	SE
Andre Vargas	PT	PR
André Zacharow	PMDB	PR
Andreia Zito	PSDB	RJ
Antônio Andrade	PMDB	MG
Antonio Balhmann	PSB	CE
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
Ariosto Holanda	PSB	CE
Arlindo Chinaglia	PT	SP
Arnaldo Jardim	PPS	SP
Arnaldo Jordy	PPS	PA
Arnon Bezerra	PTB	CE
Arthur Oliveira Maia	PMDB	BA
Assis Carvalho	PT	PI
Assis do Couto	PT	PR
Assis Melo	PCdoB	RS
Átila Lins	PSD	AM
Beto Mansur	PP	SP
Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
Bruno Araújo	PSDB	PE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Carlaile Pedrosa	PSDB	MG
Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PE
Celia Rocha	PTB	AL
Celso Maldaner	PMDB	SC
Cesar Colnago	PSDB	ES
Chico Alencar	PSOL	RJ
Chico Lopes	PCdoB	CE
Cida Borghetti	PP	PR
Dalva Figueiredo	PT	AP
Damião Feliciano	PDT	PB
Daniel Almeida	PCdoB	BA
Danilo Forte	PMDB	CE
Devanir Ribeiro	PT	SP
Diego Andrade	PSD	MG
Dilceu Sperafico	PP	PR
Domingos Dutra	PT	MA
Domingos Neto	PSB	CE
Domingos Sávio	PSDB	MG
Dr. Adilson Soares	PR	RJ
Dr. Aluizio	PV	RJ
Dr. Jorge Silva	PDT	ES
Dr. Paulo César	PSD	RJ
Dr. Rosinha	PT	PR
Dr. Ubiali	PSB	SP
Dudimar Paxiuba	PSDB	PA
Edinho Bez	PMDB	SC
Edio Lopes	PMDB	RR
Edson Pimenta	PSD	BA
Eduardo Azeredo	PSDB	MG
Eduardo Barbosa	PSDB	MG
Edvaldo Holanda Júnior	PTC	MA
Efraim Filho	DEM	PB

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Elcione Barbalho	PMDB	PA
Erika Kokay	PT	DF
Esperidião Amin	PP	SC
Eudes Xavier	PT	CE
Fábio Faria	PSD	RN
Fábio Ramalho	PV	MG
Fábio Souto	DEM	BA
Fabio Trad	PMDB	MS
Fátima Pelaes	PMDB	AP
Felipe Maia	DEM	RN
Fernando Ferro	PT	PE
Fernando Francischini	PSDB	PR
Fernando Marroni	PT	RS
Flávia Moraes	PDT	GO
Flaviano Melo	PMDB	AC
Francisco Floriano	PR	RJ
Francisco Praciano	PT	AM
Gabriel Chalita	PMDB	SP
Genecias Noronha	PMDB	CE
Geraldo Resende	PMDB	MS
Geraldo Thadeu	PSD	MG
Giacobo	PR	PR
Giovani Cherini	PDT	RS
Giovanni Queiroz	PDT	PA
Giroto	PMDB	MS
Givaldo Carimbão	PSB	AL
Gladson Cameli	PP	AC
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Gorete Pereira	PR	CE
Guilherme Campos	PSD	SP
Guilherme Mussi	PSD	SP
Heleno Silva	PRB	SE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Henrique Afonso	PV	AC
Henrique Oliveira	PR	AM
Hermes Parcianello	PMDB	PR
Homero Pereira	PSD	MT
Hugo Leal	PSC	RJ
Hugo Motta	PMDB	PB
Irajá Abreu	PSD	TO
Ivan Valente	PSOL	SP
Jaime Martins	PR	MG
Jairo Ataíde	DEM	MG
Jandira Feghali	PCdoB	RJ
Janete Rocha Pietá	PT	SP
Jânio Natal	PRP	BA
Jean Wyllys	PSOL	RJ
João Arruda	PMDB	PR
João Bittar	DEM	MG
João Dado	PDT	SP
João Magalhães	PMDB	MG
João Maia	PR	RN
João Paulo Cunha	PT	SP
João Paulo Lima	PT	PE
Jorginho Mello	PSDB	SC
José Carlos Araújo	PSD	BA
José Chaves	PTB	PE
José Linhares	PP	CE
José Otávio Germano	PP	RS
José Rocha	PR	BA
Jose Stédile	PSB	RS
Josué Bengtson	PTB	PA
Júlio Campos	DEM	MT
Júlio Cesar	PSD	PI
Laercio Oliveira	PR	SE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Laurez Moreira	PSB	TO
Leandro Vilela	PMDB	GO
Lelo Coimbra	PMDB	ES
Leonardo Monteiro	PT	MG
Leonardo Quintão	PMDB	MG
Leonardo Vilela	PSDB	GO
Liliam Sá	PSD	RJ
Lincoln Portela	PR	MG
Lira Maia	DEM	PA
Lourival Mendes	PTdoB	MA
Luiz Carlos	PSDB	AP
Luiz Couto	PT	PB
Luiz Fernando Machado	PSDB	SP
Luiz Noé	PSB	RS
Manato	PDT	ES
Manoel Junior	PMDB	PB
Manuela D'ávila	PCdoB	RS
Marçal Filho	PMDB	MS
Marcelo Castro	PMDB	PI
Marcio Bittar	PSDB	AC
Márcio Macêdo	PT	SE
Marcon	PT	RS
Marinha Raupp	PMDB	RO
Mário de Oliveira	PSC	MG
Marllos Sampaio	PMDB	PI
Maurício Trindade	PR	BA
Mauro Lopes	PMDB	MG
Mauro Mariani	PMDB	SC
Mauro Nazif	PSB	RO
Mendonça Prado	DEM	SE
Miguel Corrêa	PT	MG
Missionário José Olimpio	PP	SP

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Neilton Mulim	PR	RJ
Nelson Bornier	PMDB	RJ
Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
Nelson Marquenezelli	PTB	SP
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Osmar Terra	PMDB	RS
Otavio Leite	PSDB	RJ
Oziel Oliveira	PDT	BA
Padre João	PT	MG
Paes Landim	PTB	PI
Pastor Eurico	PSB	PE
Pastor Marco Feliciano	PSC	SP
Paulo Foletto	PSB	ES
Paulo Freire	PR	SP
Paulo Magalhães	PSD	BA
Paulo Piau	PMDB	MG
Paulo Teixeira	PT	SP
Paulo Wagner	PV	RN
Penna	PV	SP
Perpétua Almeida	PCdoB	AC
Policarpo	PT	DF
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
Raul Henry	PMDB	PE
Rebecca Garcia	PP	AM
Reginaldo Lopes	PT	MG
Reinaldo Azambuja	PSDB	MS
Reinhold Stephanes	PSD	PR
Renato Molling	PP	RS
Renzo Braz	PP	MG
Ribamar Alves	PSB	MA
Ricardo Berzoini	PT	SP

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Ricardo Izar	PSD	SP
Ricardo Tripoli	PSDB	SP
Roberto Balestra	PP	GO
Roberto Britto	PP	BA
Roberto De Lucena	PV	SP
Roberto Santiago	PSD	SP
Roberto Teixeira	PP	PE
Rodrigo Maia	DEM	RJ
Romero Rodrigues	PSDB	PB
Rosane Ferreira	PV	PR
Rose de Freitas	PMDB	ES
Rosinha da Adefal	PTdoB	AL
Rubens Otoni	PT	GO
Rui Palmeira	PSDB	AL
Ruy Carneiro	PSDB	PB
Sabino Castelo Branco	PTB	AM
Salvador Zimbaldi	PDT	SP
Sandes Júnior	PP	GO
Sandro Mabel	PMDB	GO
Saraiva Felipe	PMDB	MG
Sarney Filho	PV	MA
Sebastião Bala Rocha	PDT	AP
Sérgio Brito	PSD	BA
Sergio Guerra	PSDB	PE
Sibá Machado	PT	AC
Silas Câmara	PSD	AM
Silvio Costa	PTB	PE
Stepan Nercessian	PPS	RJ
Sueli Vidigal	PDT	ES
Takayama	PSC	PR
Taumaturgo Lima	PT	AC
Teresa Surita	PMDB	RR

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Valadares Filho	PSB	SE
Vanderlei Macris	PSDB	SP
Vicente Candido	PT	SP
Vieira da Cunha	PDT	RS
Vilson Covatti	PP	RS
Vitor Paulo	PRB	RJ
Waldir Maranhão	PP	MA
Walter Tosta	PSD	MG
Wandenkolk Gonçalves	PSDB	PA
Washington Reis	PMDB	RJ
Weliton Prado	PT	MG
Wellington Roberto	PR	PB
Wladimir Costa	PMDB	PA
Zé Geraldo	PT	PA
Zequinha Marinho	PSC	PA
Zoinho	PR	RJ



## SENADORES

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Casildo Maldaner	PMDB	SC
Cicero Lucena	PSDB	PB
Cristovam Buarque	PDT	DF
Eduardo Amorim	PSC	SE
Fernando Collor	PTB	AL
Francisco Dornelles	PP	RJ
Gim Argelo	PTB	DF
João Vicente Claudino	PTB	PI
José Sarney	PMDB	AP
Lidice da Mata	PSB	BA
Paulo Davim	PV	RN
Paulo Paim	PT	RS
Pedro Taques	PDT	MT
Roberto Requião	PMDB	PR
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF
Romero Jucá	PMDB	RR
Sérgio Petecão	PSD	AC
Vanessa Grazziotin	PCDOB	AM
Walter Pinheiro	PT	BA
Wellington Dias	PT	PI



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que tornaram possível a realização do Ciclo de Palestras e Debates da Frente Parlamentar Ambientalista para a Rio+20 - Em Busca de uma Economia Sustentável. Quando decidimos enfrentar o desafio de provocar debates em cinco regiões do país, foi preciso mobilizar uma grande equipe, desde aqueles responsáveis pela infraestrutura de cada evento, aos que viabilizaram as presenças dos principais especialistas nos temas enfocados, como cientistas, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e do Judiciário, além de líderes dos movimentos sociais representativos da sociedade civil.

Nosso agradecimento aos palestrantes Bráulio Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Paulo Barreto, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon pela participação e pelas palestras de alta qualidade.

Agradecemos ainda a colaboração indispensável aos Deputados Rebecca Garcia e Marcelo Ramos, bem como dos seus assessores que nos deu amplo e irrestrito apoio para que esse evento fosse realizado com grande maestria. Vale ressaltar ainda o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, através dos deputados Luiz Ricardo Saldanha Nicolau e Luiz Castro e seus funcionários, que nos cedeu o espaço para o evento, além do incansável apoio dos funcionários da Casa, equipamentos e ajudou na divulgação das palestras e debates.

Agradecemos a Vereadora Lucia Antony, Rubens Gomes do Grupo de Trabalho Amazônica – GTA, João Batista Tezza Neto da Fundação Amazonas Sustentável, Francisco de Sales Oliveira dos Santos, representando o Governo de Rondo, José Iraguassú Teixeira Filho, Secretário Executivo do Conselho de Políticas e Gestão de Meio Ambiente do Estado do Ceará e da Deputada Estadual do PV do Rio de Janeiro Aspásia Camargo.

Aos Deputados Rebecca Garcia, Ricardo Tripoli e Marcio Macedo, o meu agradecimento especial, amigos de fé e de grandes batalhas.

Como a nossa meta final era reunir numa publicação a síntese do que foi discutido em cada local, ressalto o apoio inestimável da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, especialmente nas

pessoas das consultoras Suely Araújo, Roseli Senna e Ana Cristina Fraga, do Departamento de Taquigrafia, na pessoa da Sra. Cassia Regina Botelho, bem como do precioso e permanente apoio da Secretaria de Comunicação Social desta Casa, bem como da competente equipe da Coordenação de Relações Públicas, que agradeço aqui na pessoa do Sr. Flavio Elias.

Destaco, ainda, o meu reconhecimento ao empenho da SOS Mata Atlântica, à Fundação Herbert Daniel, que tornou possível todos esses momentos em vídeo e a Tetra Pak que nos auxiliou com material para o evento, entidades estas parceiras nas ações da Frente parlamentar Ambientalista.

Para que o trabalho de vários meses alcançasse os resultados esperados; não poderia deixar de ressaltar aqui o incansável apoio dos servidores desta Casa, ressaltando os trabalhos da Liderança do Partido Verde, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Frente Parlamentar Ambientalista, da Subcomissão Especial Rio+20 e do meu Gabinete parlamentar, destacando especialmente o precioso e permanente apoio e assessoria dos meus amigos e colaboradores Edson Duarte, Susan, Renata, Dioclécio, Diva, Eduardo, Eliana, Tiago e Hellen. Ao Pablo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à Jordânia da Frente Parlamentar Ambientalista, ao Mário Mantovani, Lídia, Rejane e Zenida da SOS Mata Atlântica, Daniella da Fundação Bahai e ao Luciano do Gabinete da Deputada Rebecca Garcia, sem eles não chegaríamos aqui.

Apesar das diferentes e valiosas contribuições desse conjunto de pessoas, é preciso ressaltar um fator comum a todas elas, que garantiu não apenas o sucesso deste encontro em Manaus, mas que tem garantido o sucesso de outras edições: o compromisso com a sustentabilidade do planeta, o que é, a nosso ver, a principal contribuição e o motivo maior destes agradecimentos.

Aos que porventura deixei de mencionar, sintam-se agradecidos.

Um grande abraço,

Sarney Filho

## **CONTATOS**

### **Câmara dos Deputados**

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

### **Frente Parlamentar Ambientalista**

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

**E-mail:** [contato@frenteambientalista.com](mailto:contato@frenteambientalista.com)

Câmara dos Deputados, Anexo IV Gabinete 202

**Telefone:** 3216-5520 e ou 3215-5202

### **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20**

[www.rio20.gov.br](http://www.rio20.gov.br)

### **SOS Mata Atlântica**

[www.sosmataatlantica.org.br](http://www.sosmataatlantica.org.br)

### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Secretário:** Aurenilton Araruna de Almeida

**Local:** Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 142

**Telefones:** 3216-6521 a 6526 / 9217-5734

**Fax.:** 3216-6535

**E-mail:** [meioambiente@camara.gov.br](mailto:meioambiente@camara.gov.br)



Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Proibida a venda.

Exemplares deste trabalho podem  
ser solicitados no e-mail:

[contato@frenteambientalista.com](mailto:contato@frenteambientalista.com)

[meioambiente@camara.gov.br](mailto:meioambiente@camara.gov.br)

ou

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)



**RIO+20**

Conferência das Nações Unidas  
sobre Desenvolvimento Sustentável

Realização



FRENTE  
PARLAMENTAR | AMBIENTALISTA

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

SUBCOMISSÃO ESPECIAL

**RIO+20**

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CMADS

Comissão de  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

Apoio



SOS MATA ATLÂNTICA

